

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: considerações sobre recursos federais destinados

Rafael Aquiles Barcellos PINTO; Soraya Vargas CÔRTEZ²

¹Aluno de Bacharelado em Políticas Públicas pela UFRGS e bolsista PROBIC-FAPERGS

²Professora do Departamento de Sociologia da UFRGS

RESUMO

O trabalho desenvolvido está inserido em um projeto maior intitulado "Atores, Ideias e Mudança: as políticas de proteção social nos países BRICS", que tem como objetivo realizar um levantamento das políticas existentes e analisar as ideias dos dirigentes políticos desses países sobre as mesmas.

A pesquisa proporcionou o exame de diversos programas desenvolvidos pela assistência social brasileira, que culminou na caracterização de alguns deles. Por isso analisou-se de forma comparativa a distribuição dos recursos federais destinados a diferentes áreas e políticas, que serão apresentados no presente trabalho. Dada a importância da erradicação do trabalho infantil para a melhoria dos padrões educacionais, de saúde e para o desenvolvimento, chamou atenção o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). O Programa é descrito, e sua importância relativa na área de assistência social é verificada na comparação entre o gasto federal destinado a ele e ao Bolsa Família.

1. INTRODUÇÃO

Entre 2002 e 2015, observou-se um crescimento no gasto social do Governo Central direcionado à Seguridade Social (Assistência Social, Saúde Pública e Previdência Social), no qual o eixo da Assistência Social apresentou um aumento de 200% nos recursos destinados, o maior entre as três subáreas, que cresceram 17% e 16%, respectivamente. Isso indica um maior interesse de investimento na área, que abarca importantes políticas de combate às desigualdades sociais. Em 2001, cerca de 5,5 milhões de crianças e adolescentes se encontravam em situação de trabalho infantil, o que pode afetar negativamente o desempenho escolar (Gunnarsson, 2006), reduzir o número de anos de estudo (Ramalho, Mesquita, 2013) e acarretar em expectativa de renda baixa na vida adulta (Ilahi, 2000).

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para a investigar o grau de importância atribuído pelo Governo Federal ao Peti utilizei como indicador o gasto público federal destinado ao Programa, no período entre 2008 e 2015. Como o Peti foi integrado ao Bolsa Família em 2005 (processo que teve início em 2004), não há dados desagregados para o Programa entre 2004 e 2007. Para o período entre 2007 e 2015, foi realizada uma comparação entre o crescimento dos recursos financeiros destinados aos dois Programas. Além disso realizei uma caracterização da política. Utilizei dados disponíveis no portal da transparência do governo federal e em relatórios finais, publicados pela UNICEF, no site do MDS e pelo Tesouro Nacional para realizar a análise.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Processo de Criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti):

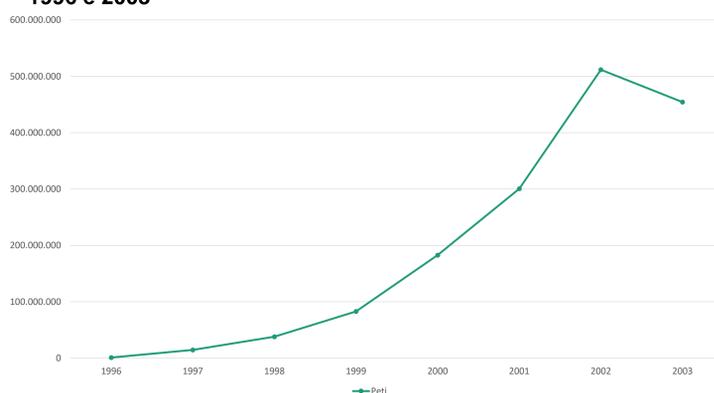
O programa foi implementado inicialmente no estado do Mato Grosso do Sul, como uma forma de combater o trabalho infantil (crianças de cinco a 17 anos em situação de trabalho) muito presente na produção de carvão vegetal local, expandindo-se até alcançar total cobertura de estados em 2002 (Carvalho, 2004).

Caracterização do programa:

Combinando um benefício de transferência de renda, atividades socioeducativas e acompanhamento socioassistencial à família, a política busca melhorar a qualidade de vida dos beneficiários. Isso se dá, por exemplo, através de diversas atividades complementares ao currículo normal, agrupadas na Jornada Ampliada, pois o Governo Federal acredita ser importante evitar que as crianças fiquem na rua sendo expostas a criminalidade e às diversas formas de trabalho informal.

Entre 2000 e 2002 o Peti apresentou um crescimento de 104% no número de beneficiários, passando de 394 mil para 809 mil crianças alcançadas (UNICEF, 2004). Entre 1996 e 2003 os recursos federais aplicados no Programa cresceram 48.749%, passando de 930 mil reais para aproximadamente 454 milhões de reais, conforme gráfico abaixo.

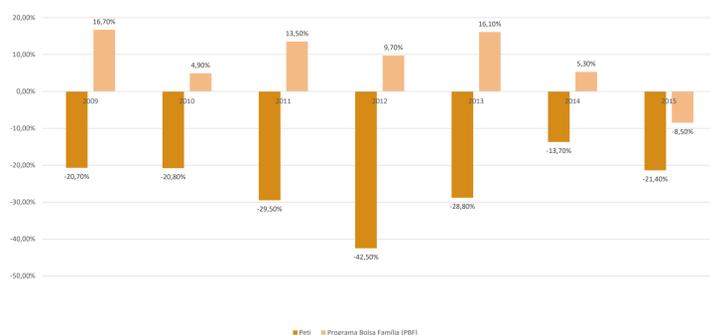
Gráfico 1. Recursos destinados ao Peti pelo Governo Federal entre 1996 e 2003



Fonte: UNICEF, 2004

Em 2005, o Peti foi integrado ao Programa Bolsa Família (PBF) pela Portaria GM/MDS nº666, com o intuito de racionalizar e aprimorar a gestão dos dois programas e ampliar o acesso aos benefícios e às atividades socioeducativas prestadas pelo Peti. Combinando essa integração à contínua ação do Programa, o número de crianças em situação de emprego caiu de 5,5 milhões em 2001 para 3,7 milhões em 2011, o que representa uma redução de 33% (IBGE, 2011).

Gráfico 2. Crescimento dos gastos federais nos programas Bolsa Família e Peti



Fonte: Portal da Transparência. Governo Federal.

Provavelmente em decorrência do número de beneficiários continuar em declínio, os recursos financeiros federais direcionados ao Peti sofreram queda a partir de 2004,

reduzindo-se de 36 milhões de reais em 2008 para 6 milhões de reais em 2015. Comparativamente, em 2006, 0,34% do PIB do país eram destinados aos PBF e 0,01% ao Peti, apontando alto grau de efetividade do último Programa, dados os resultados provenientes.

4 CONCLUSÃO

A análise somente dos recursos financeiros direcionados ao Peti foi insuficiente para apontar um grau de importância dado pelo governo federal à política. Para tanto, foi necessário investigar os resultados provenientes do programa – no que tange à diminuição do trabalho infantil – e às modificações que passou ao longo de sua implementação. A integração dessa política com o Programa Bolsa Família teve resultados positivos, já que otimizou a gestão de ambas, mantendo seus objetivos específicos e universalizando o acesso aos que necessitavam dos benefícios, propiciando uma maior intersectorialidade. Considerando a constante diminuição dos recursos financeiros destinados ao Peti, em comparação com a função assistência social (investimento cresceu 200% entre 2002 e 2015) e o Programa Bolsa Família (crescimento de 55% entre 2004 e 2015), é possível afirmar que o último foi priorizado. Embora os recursos destinados ao Peti tenham se reduzido, os resultados em termos da redução do trabalho infantil sugerem que houve resultados positivos da combinação dos dois programas, embora outros fatores possam ter afetado a redução (crescimento do emprego, por exemplo). De qualquer forma, houve uma melhoria importante, no período, no combate à questão persistente do trabalho infantil no Brasil.

REFERÊNCIAS

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Trabalho Infantil. 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de indicadores, 2011. 2012.
- GUNNARSSON, Victoria, Peter F. ORAZEM, and Mario A. SÁNCHEZ. "Child labor and school achievement in Latin America." *The World Bank Economic Review*. n. 1, p. 31-54, 2006.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. Análise Situacional do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil PETI. 2004.
- TESOURO NACIONAL. Gasto social do governo central, 2002 a 2015. 2015.
- RAMALHO, Hilton Martins de Brito, and Shirley Pereira de MESQUITA. "Determinantes do trabalho infantil no Brasil urbano: uma análise por dados em painel 2001-2009." *Economia Aplicada* 17.2 (2013): 193-225.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. Algumas lições do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. *São Paulo em perspectiva*. n. 18. p. 50-61. 2004.